

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de J. Catarina Class.: 193

Data: 10.10.85 Pg.: _____

IBDF proíbe explorar reserva



Pereira Santos

A exploração da reserva indígena, pelos madeireiros. Deixa rastros de destruição na floresta.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal decidiu ontem implementar medidas para proibir completamente a exploração ilegal de madeira na reserva indígena Duque de Caxias, no município de Ibirama. Atualmente, conforme denúncia, todos os dias mais de cinquenta caminhões carregados de madeira deixam a reserva, movimentando sem qualquer controle fiscal, quase Cr\$ 200 milhões. A decisão do IBDF foi tomada após encontro de cinco horas, ontem no auditório do instituto, com representantes do Incra, Cimi, Anai, Funai, UFSC e prefeitura de Ibirama. A partir de agora a Funai também se comprometeu a não expedir nenhuma autorização de corte de árvore, como vinha procedendo. Para proibir a exploração, na reserva, onde residem 1.700 índios (dos quais 20 por cento são mestiços), o IBDF vai treinar uma equipe de fiscais da prefeitura de Ibirama, que depois passarão a percorrer a cavalo as áreas onde os madeireiros costumam atuar. Página 7.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de J. Catarina Class.: 193

Data: 10.10.85

Pg.: _____

IBDF reprime "gang" da madeira

¹⁹⁰
O IBDF vai paralisar completamente a exploração ilegal de madeira na reserva indígena Duque de Caxias, realizando uma fiscalização permanente em convênio com a prefeitura de Ibirama. A decisão é do delegado do órgão, Cosme Polese, que se reuniu ontem por cinco horas, no auditório do instituto, com o In-cra, Cimi, Anai, Funai, UFSC e prefeitura de Ibirama. Também ficou decidido na reunião que dentro de uma ou duas semanas, será formado um colegiado com a participação de várias entidades que tentará solucionar definitivamente os problemas da reserva.

O delegado da Fundação Nacional do Índio, Edívio Battistelli, se comprometeu igualmente que a Funai não expedirá nenhuma autorização para corte de árvore, como vinha fazendo. Diariamente mais de 50 caminhões chegam a trafegar na área de 14 mil hectares, carregados especialmente de canela (madeira de qualidade), movimentando, sem qualquer controle, quase Cr\$ 200 milhões.

As cargas de madeira nativa são desviadas geralmente para o município de Benedito Novo, Itaiópolis ou chegam e passam pelo centro de Ibirama. A exploração, disse um assessor do prefeito Luís Alexandre



O IBDF aliado a outras entidades promete uma fiscalização rigorosa.

Muller (esteve na reunião), atinge níveis insustentáveis. A blitz de 1981, quando foram lacradas mais de 30 empresas madeireiras dentro da reserva, não serve como um termômetro para avaliar o desrespeito à lei.

Os madeireiros chegam a utilizar um sistema de rádio-comunicação toda vez que uma equipe de fiscalização penetra na reserva Duque de Caxias. Em menos de 10 minutos todos são avisados e aqueles que estão no mato ficam por lá, lem-

brou o delegado do IBDF, Cosme Polese. Mas, a mesma estratégia será também utilizada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que vai preparar uma equipe de fiscais da prefeitura de Ibirama, que irão percorrer a cavalo as áreas de exploração. Há quem diga, que a retirada de madeira sem critério foi um dos motivos das enchentes de julho de 1983 e agosto de 1984.

COLEGIADO

Na reserva residem 1 mil 700 in-

dios, dos quais 20 por cento são mestiços. Mas há um número considerável de intrusos, com brancos casando com índias por interesse, havendo também uma acentuada descaracterização da cultura da comunidade. O casamento interesseiro, observaram os participantes da reunião de ontem, manipula o comércio madeireiro.

A Funai ficou de convidar o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Cimi (Conselho Indigenista Missionário); Assembléia Legislativa; Anai (Associação Nacional de Apoio ao Índio); Furb (Fundação Universitária da Região de Blumenau); prefeitura de Ibirama; Secretaria da Agricultura do Estado; Acaprens (Associação Catarinense de Preservação da Natureza); Comin (Conselho de Missão entre índios da Igreja Evangélica); Delegacia do Ministério da Agricultura e mais os três caciques das tribos guarani, xokleng e caingangue a participarem do colegiado. A data da reunião de instalação não foi definida, tão pouco o local de encontro, mas estabeleceu-se que deve ser o "mais rápido possível".